
CONJUNTURA

COYUNTURA

CONJUNCTURE

Elza Peixoto¹

Márcia Morschbacher²

Máuri de Carvalho³

Uma das tarefas mais delicadas no processo de produção de cada número de *Germinal: Marxismo e Educação em Debate* é a escrita do Editorial, e, em especial, neste número que tem por tema a Conjuntura. Como artigo de fundo que costura e avalia o que está em debate a cada número, o editorial é, simultaneamente, dependente das contribuições que são encaminhadas ao periódico e da capacidade e alcance de visão do editor responsável por sua escrita quanto ao conjunto composto pelo número e ao momento no qual o número vai circular.

Em um período de acirramento da luta de classes – no qual milhões de brasileiros foram às ruas contra os redirecionamento de verbas públicas para o estímulo à acumulação privada em detrimento dos serviços públicos, contra a corrupção e contra a repressão aos movimentos sociais; em que trabalhadores levantam-se na Espanha, em Portugal, na França, na Itália, na Grécia contra as políticas de austeridade que visam garantir a sobrevivência do capitalismo na crise da Zona do Euro e na crise do capitalismo em geral; em que os palestinos da Faixa de Gaza, estudantes mexicanos, estudantes brasileiros, trabalhadores sem terra, e índios em defesa de seus territórios são reprimidos, têm seus movimentos judicializados, são atacados, violentados, assassinados, dizimados; em que sistemas políticos e governos são colocados em questão pela sua vinculação à sustentação do imperialismo⁴; em que as marchas refutam os organismos de classes (sindicatos e partidos) e tudo que refira-se ao socialismo e ao comunismo, abraçando ideologias fascistas, nazistas ou posições supostamente críticas e radicais desarticuladas da contradição capital-trabalho e da luta de classes (culto à diversidade, às diferenças que reforçam o individualismo burguês), de caráter altamente conservador e reacionário; em que representantes dos organismos de fomento à pesquisa no Brasil negam o marxismo como teoria científica e no qual a comunidade acadêmica se levanta repudiando esta conduta⁵; em que perdemos intelectuais do porte de Mario Alighiero Manacorda (1914-2013), Eric Hobsbawm (1917-2012), Jacob Gorender (1923-2013), Leandro Konder (1936-2014), Edmundo Fernandes Dias (1942-2013), Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013), Carlos Nelson Coutinho (1943-2012), Reinaldo Carcanholo (1945-2013) que vinham nos ajudando a ler as marcas do nosso tempo – a expectativa dos editores deste *décimo número* de *Germinal*, ao projetá-lo em 2013, era reunir a produção de intelectuais que, vinculados aos organismos de classe e habituados às análises de conjuntura,

analisassem o estado de coisas em vigor e perspectivassem as possibilidades de ação abertas pela história para a classe trabalhadora neste momento.

Com esta finalidade fizemos, simultaneamente, incontáveis convites diretos (pelos mais variados meios) aos analistas e às forças políticas de esquerda às quais estão vinculados, e convites abertos à comunidade acadêmica em geral. Fizemos este movimento sabendo que, no olho da história, as análises possíveis são limitadas pela impossibilidade de ver tudo ao redor, mas considerando também a imprescindibilidade de que as várias análises possíveis sejam postas em movimento e sejam debatidas para que cheguemos à leitura mais abrangente. Este foi o papel que *Germinal* tentou cumprir estimulando e abrindo espaço para os analistas que se arriscassem a pensar o quadro atual. Desde já agradecemos aos que atenderam ao convite de *Germinal* para escrever naquela Sessão, disponibilizando suas contribuições.

Refletindo sobre os artigos que chegaram à Revista começamos por afirmar que carecemos de análises de conjuntura que ultrapassem os interesses imediatos dos analistas a partir das posições que ocupam como intelectuais orgânicos na luta de classes. E isto, sob nenhuma hipótese, se coloca como expectativa de neutralidade ante o acirrado debate político que expressa a luta de classes que se acirra em todo o mundo! Tampouco advogamos o descolamento das bases reais das quais partimos quando realizadas as análises. De fato, cobramos, com expectativa, que ouçamos Engels quando, abrindo a terceira parte de “Do socialismo utópico ao socialismo científico”, após nos apresentar a trajetória do desenvolvimento do socialismo científico, inicia a análise da “ordem social vigente” anunciando o método de que parte:

A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na ideia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na *filosofia*, mas na *economia* da época de que se trata. Quando nasce nos homens a consciência de que as instituições sociais vigentes são irracionais e injustas, de que a razão se converteu em insensatez e a benção em praga, isso não é mais que um indício de que nos métodos de produção e nas formas de distribuição produziram silenciosamente transformações com as quais já não concorda a ordem social, talhada segundo o padrão de condições econômicas anteriores. E assim já está dito que nas novas relações de produção têm forçosamente que conter-se – mais ou menos desenvolvido – os meios necessários para por fim aos males descobertos. E esses meios não devem ser *tirados* da cabeça de ninguém, mas a cabeça é que tem *descobri-los* nos fatos materiais da produção, tal e qual a realidade os oferece (ENGELS, 1880)⁶.

Ao Editor, cabe a síntese do que foi realizado no número. Quando o que foi realizado não é suficiente, o editorial tem de sinalizar os limites apontando demandas não atendidas e desafios a superar.

As questões que os intelectuais marxistas continuam a dever ao seu tempo, que não podem ser jamais esquecidas pelo papel pedagógico que cumpre na formação das futuras gerações, são clássicas: qual a base econômica sobre a qual se erguem as classes e frações de classe que estão em disputa no atual momento histórico? Quais as posições das classes e frações de classe e quais as teses que estão defendendo e a partir de quais interesses? Frente ao posto, o que é possível fazer e para onde nos mover? Considerando-se este roteiro clássico do marxismo de Marx e Engels presente especialmente nos textos conjunturais, avaliemos como os artigos, a resenha, a entrevista e o documento central que compõem este

número contribuem para a construção desta leitura de conjunto do momento histórico. O que ficou de fora destas análises a que ainda devemos respostas?

Este Volume 6, N. 1, **décima edição** de *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, traz 21 artigos, sendo 06 destes colocados na Seção *Debate*, 15 na Seção *Artigos*, 01 *Entrevista*, 01 texto *Clássico*, 01 *Resenha* e 04 *Resumos* de Teses e Dissertações.

A partir da presença de Márcia Morschbacher em Doutorado Sanduíche em Portugal, do *Congresso Marx em Maio* ali realizado, trazemos as contribuições de Luís Carapinha e Eugénio Rosa, escrevendo respectivamente, sobre *A China e a transição socialista* e sobre *As características do capitalismo de Estado em Portugal*. Respondendo ao chamado de posicionamento feito às forças políticas de esquerda, temos os textos de Valério Arcary *As jornadas de junho, um ano depois* e de José Eudes Baima Bezerra e Paulo José Riel Transilo *Apointamentos sobre a situação nacional e a luta pela constituinte*, que nos trazem análises sobre as perspectivas abertas a partir das jornadas de junho. No âmbito específico da Educação, Luiz Carlos de Freitas traz o artigo *Os empresários e a política educacional* e Roberto Leher e Vania Cardoso da Mota trazem o artigo *Trabalho docente crítico como dimensão do projeto de Universidade*.

Por demanda espontânea ou respondendo a chamada aberta, a Seção *Artigos*, traz 15 dos 21 manuscritos publicados nesta edição, expostos na seguinte ordem: *Organismos internacionais no Brasil e em Portugal: uma (con)formação voltada para o capital* (Camila Azevedo Souza); *Empresário e responsabilização educacional: ensaio sobre a atuação de novos intelectuais coletivos* (Leonardo Docena Pina); *Parceria, participação e trabalho voluntário na educação* (Marilda de Oliveira Costa); *Padrão dependente de escola superior e a atual expansão da Universidade brasileira* (José Renato Bez de Gregório e Viviane de Souza Rodrigues); *O Ciência sem fronteiras: sobre o lugar e a função do conhecimento no ensino superior brasileiro* (Lara Carlette Thiengo e Cezas Luiz de Mari); *Libório Justo: desde o movimento da nova geração até a primeira interpretação trotskista da reforma universitária (1920-1938)* (Constanza Daniela Bosch Alessio); *A Universidade, a religião e as empresas: um estudo sobre a legitimação religiosa da lógica do capital no ensino superior* (Evandro Ricardo Guindani e Yáscara Michele Neves Koga); *Política de formação de professores para educação do campo: limites e possibilidades* (Adriana D'Agostini e Mauro Titton); *A política de educação do campo e a luta de classes no Brasil contemporâneo: questões para análise de conjuntura* (Cláudio Felix dos Santos e David Romão Teixeira); *A relação entre a fundamentação do trabalho pedagógico dos professores do CEFD-UFSM e os Projetos Pedagógicos de Curso* (Maíra Lara Couto e Maristela da Silva Souza); *Ensino politécnico: uma leitura sobre tecnologia* (Raquel Folmer Corrêa); *Para um estudo marxista da escola como forma social* (Carolina de Roig Catini); *A condição de desempregado e a luta coletiva pelo trabalho* (Rita de Cassia Fraga Machado e Giulia Franco Leal); *Análise da produção do conhecimento e a perspectiva interdisciplinar: anotações críticas* (Kátia Oliver de Sá); *A funcional crise do Ensino Jurídico de matriz liberal: do escolasticismo ao eficientismo – o doutrinamento da criminologia* (Jackson Silva Leal).

A *Entrevista* deste número é com Osvaldo Coggiola que – respondendo a questões sobre os instrumentos fornecidos pelo marxismo para a avaliação da crise, das mobilizações e as possibilidades abertas na história a partir de um roteiro estruturado por Elza Peixoto, Maria de Fátima Rodrigues Pereira, Maria de Fátima Felix Rosar, Paulino José Orso, Milton Pinheiro e Márcia Morschbacher – tece uma crítica contundente à esquerda que, avalia, caracterizar-se por uma confusão ideológica sem precedentes, pela busca de novidades editoriais em detrimento da tomada clássica do programa do marxismo desde os textos fundadores até a produção da IV Internacional, pela ausência de uma política revolucionária clara e

pela falta de representatividade. Defende a necessidade de superação de uma política de esquerda corrupta e oportunista, a tomada do Programa da IV Internacional como referência e a construção de uma Internacional Revolucionária Operária que dê direção às demandas postas pela “crise geral do capitalismo, diversa segundo países e continentes, desigual, que tende a se transformar em crise de dominação política” respondendo à demanda da classe trabalhadora por uma direção revolucionária.

Como texto *Clássico* elegemos *Novas tarefas e novas forças* (1905) de Lenin, na qual este avalia a conjuntura de julho de 1904 a março de 1905 na qual dá-se o período de maturação e início da primeira revolução democrático burguesa da Rússia, na qual a classe operária deste país, promovida pelo desenvolvimento social e político à vanguarda do movimento operário, atuou como força decisiva, hegemônica da revolução de 1905. Neste sentido, que o desenvolvimento do movimento operário na Rússia, vinculado aos comunistas e bolcheviques (que em 1905 eram denominados socialdemocratas), se caracteriza por três notáveis indicadores: (1) propaganda e agitação política entre os oprimidos e excluídos do sistema; (2) grandes manifestações públicas nas ruas; (3) a guerra civil, a luta revolucionária direta e o levante armado do povo trabalhador. À época, quando os comunistas desmascararam “a natureza de classe do liberalismo”, Lenin advogava a necessidade de uma sólida preparação ideológica que passava, necessariamente, pelo ensino / aprendizado sistemático “dos preceitos marxistas”. Para ele, a revolução não era nada mais nada menos que a “destruição da velha superestrutura”, todavia, o marxismo enquanto ciência revolucionária não deveria ser reduzido ao dogma livresco. Convém reportar que a necessidade de constituição da consciência de classe e do partido foram colocados como temas de discussão nos meios políticos, comunistas e bolcheviques naquele período.

Na Seção *Resenha*, Carlos Eduardo Rebuá Oliveira apresenta aos leitores de *Germinal O novo imperialismo* de David Harvey e analisa a contribuição do autor para a investigação das “forças motrizes das ações econômicas e políticas dos Estados Unidos exercidas nos últimos anos” no esforço de manter a hegemonia política e econômica conquistada entre (1870-2000) e considerada por Harvey em declínio a partir dos anos 80 do século XX como resultado do “emprego desequilibrado do capital financeiro como meio de afirmar a hegemonia”. Neste quadro crítico, não é mais possível ignorar a “presença dos movimentos “anti” (antiglobalização – que tem se transformado em movimentos por uma globalização alternativa – e antiimperialismo), que vão da Ásia à América”.

Entre os *Resumos* de Teses e Dissertações, divulgamos neste número as contribuições de Natália de Lima Bueno com a Tese “*Tecnologia educacional e reificação: uma abordagem crítica a partir de Marx e Lukács*”, Aline Soares Nomeriano com a Dissertação “*O modelo da competência e a educação do trabalhador: uma análise à luz da ontologia marxiana*”, Lalo Watanabe Minto com a Tese “*A educação da “miséria”: particularidade capitalista e educação superior no Brasil*” e Bárbara Cristina Pupio com a Dissertação “*As disputas pela direção da formação de professores de Educação Física no Brasil (1980-2012)*”.

Tentando responder à questão que nos colocamos, este V. 6, N. 1 de *Germinal*, é um número que *por um lado*, reúne análises centradas em aspectos específicos do capitalismo no EUA e em Portugal, do sistema misto chinês e da conjuntura política brasileira, com pouca abrangência de discussões sobre a América Latina e o capitalismo como um todo. *Por outro*, reúne manuscritos que trazem uma avaliação muito rica – em que os problemas são investigados e os desafios são apontados – dos embates travados no âmbito da luta pela educação em especial dos projetos em disputa para a formação da classe

trabalhadora no ensino superior público, com predomínio das análises sobre o quadro brasileiro, mas com dados sobre a situação da Argentina e Portugal. Ficamos particularmente contentes em ver como, por dentro de um número que almejava focar a conjuntura, a demanda espontânea *panton* o problema da educação configurando-se uma importantíssima avaliação crítica do ensino superior brasileiro. Os artigos abordam a política educacional na disputa de projetos constitutiva de uma sociedade de classes – como não pode deixar de ser em um país em que a polarização da riqueza e da miséria acirra os conflitos – que traz para o centro do debate a Universidade brasileira, passando pelas lutas organizadas dos professores do ensino superior, pela expansão da iniciativa privada na educação, pela avaliação do traço ideológico da atuação dos organismos internacionais, pela educação do campo, pela teoria do conhecimento e pelo debate ideológico a ela subjacente.

É aqui que *Leber e Motta*, em uma excelente avaliação do processo histórico em que se movimentam – na luta de classes travada na formação social brasileira – as disputas de projetos de Universidade, recuperam o processo que gera a contraditória universidade que temos projetada e implantada conforme os interesses do capital, e, neste mesmo processo, a produção do ANDES-SN como legítimo representante dos docentes do ensino superior brasileiro organizando a luta pela Universidade que queremos, sinalizando que temos o desafio “de atualizar o lugar da universidade na estratégia de luta por uma educação pública não mercantil”. *Gregório e Rodrigues* contribuem com o estudo de aspectos da reformulação da educação superior em curso no Brasil conduzida pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, particularmente o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em um texto que “analisa os traços estruturantes e conjunturais da educação superior brasileira, a fim de apreender em que medida esses traços configuram o padrão dependente de ensino, marca da histórica inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial e da heteronomia cultural a ela associada”. *Thiengo e Mari* também vão focar o ensino superior, trazendo uma análise do programa Ciência sem Fronteiras (CsF), lançado em 2011 pelo Governo Federal, com o fim de compreender o consenso que vem sendo construído acerca do lugar do ensino superior e da ciência na promoção do desenvolvimento econômico. Os problemas da Educação do Campo (como políticas vinculadas à Universidade) são abordados nos artigos de *Felix e Romão* e *D’Agostini e Titton*. Os primeiros defendem que o “processo de formação do trabalhador no Brasil avança no nosso país. Todavia, sua meta não está necessariamente voltada para a elevação do padrão cultural da população, mas sim dirigida à pragmática preocupação de atender aos anseios da exploração capitalista no Brasil, que exige uma força de trabalho com maior qualificação, não apenas pelas exigências técnicas das funções laborais, mas também pela necessidade de explorar o amplo mercado da educação que por muito tempo foi dominado pelo setor público”. Os autores consideram ser de “fundamental importância, após a entrada das novas gerações de trabalhadores rurais na universidade, bem como a conquista de políticas públicas educacionais e dos espaços conseguidos no interior das esferas estatais por meio das reivindicações dos movimentos sociais camponeses, realizarem-se reflexões críticas no sentido de que a Educação do Campo não seja subsumida a sutileza e armadilhas da ordem burguesa e seu projeto educativo, mas que sirva para armar os trabalhadores para o confronto necessário rumo à emancipação humana e o fim da sociedade de classes”. Por sua vez, *D’Agostini e Titton*, após analisar a concepção e a política para a Educação do Campo, concluem pela necessidade de “articular o projeto educacional dos povos do campo a uma

estratégia de superação do capital, e para que a educação do campo contribua com isso, está em romper com as ilusões de que a superação dos problemas pode ocorrer via conciliação no interior da sociedade burguesa; assim, recoloca-se a necessidade de uma estratégia de superação do modo do capital organizar a vida, e os indícios mais avançados estão nos movimentos que de fato tem enfrentado os pilares do sistema sociometabólico do capital, como o MST, e dos projetos educacionais de tais movimentos, partindo da auto-organização, da autodeterminação e do rompimento com teorias idealistas que não auxiliam o processo de apreensão das relações sociais e da realidade como estas realmente são”. *Guindani e Koga* trazem uma análise da legitimação da lógica capitalista, pela religião, no interior das Universidades, discutindo como se percebe o processo de instrumentalização de um campo do conhecimento (teologia) pela universidade a serviço da lógica do capital. *Leal* analisa a funcional crise do ensino jurídico, trabalhando “a problemática do ensino da criminologia, que, não obstante todo avanço e acúmulo teórico da disciplina ao longo de sua historicidade, e principalmente a partir da segunda metade do século XX, continua sendo uma disciplina que não tem” pautado “um processo de mudança social”. *Couto e Souza* investigam “a relação entre a fundamentação do trabalho pedagógico dos professores do CEFD-UFSM e os Projetos Pedagógicos de Cursos de EF (PPC)” concluindo que os professores do CEFD-UFSM não se baseiam nos PPC para fundamentarem sua prática pedagógica”. *Sá* traz o debate, na perspectiva da análise epistemológica, das defesas da abordagem interdisciplinar, argumentando que “a análise da produção do conhecimento colocada na perspectiva denominada de interdisciplinar não dá conta de responder a uma concepção metodológica investigativa de caráter epistemológico, quer na perspectiva idealista ou materialista, porque podemos ter um conjunto de análises fragmentadas com caráter parcial da problemática de investigação, ficando estas ao nível da superficialidade, podendo confundir o pesquisador na mediação da elaboração do concreto que parte do empírico”. *Alessio* traz as “interpretações de Libório Justo em torno da Reforma Universitária, no período 1920-1938 para “mostrar como a sua análise sobre o processo mostra a transformação do seu posicionamento teórico e ideológico”. Em outro feixe de problemas, todavia, profundamente articulado com os problemas da educação em uma sociedade de classes, *Freitas e Pina*, em artigos diferentes problematizam a especificidade do momento atual no qual ocorre uma nova interferência do empresariado na educação. *Freitas* nos diz que “a despeito de que os empresários sempre estiveram tentando interferir com os processos educacionais desde os tempos da teoria do capital humano”, há aspectos específicos que merecem ser examinados: “a política educacional dos reformadores é produzida para articular a necessidade de se qualificar para as novas formas de organização do trabalho produtivo, ao mesmo tempo que preserva e amplifica as funções sociais clássicas da escola: exclusão e subordinação”. *Pina*, por sua vez, além de “discutir os limites das políticas de responsabilização defendidas por esses aparelhos privados de hegemonia da classe burguesa”, reafirma que “o empresariado vem atuando estrategicamente no campo educacional: construindo, organizando e difundindo os princípios da privatização, meritocracia e responsabilização como orientadores da política educacional”. *Souza* busca “evidenciar as relações de hegemonia que atravessam as diretrizes educacionais desses organismo internacionais identificando em que medida a classe dominante reafirma e consolida a concepção burguesa de mundo em projetos educativos”. Para tanto, segue “a trajetória histórica dos organismos internacionais em articulação com as repercussões para a educação nas realidades brasileira e portuguesa, com ênfase específica no Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, a

Ciência e a Cultura (Unesco) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)”. *Costa* analisa “materiais instrucionais de uma entidade do Terceiro Setor – Instituto Ayrton Senna (IAS) –, adotados por inúmeras esferas de governo no Brasil a partir de 1995” com foco nos “conceitos de participação e trabalho voluntário na gestão da educação difundidos nesses materiais e sua relação com a reestruturação produtiva”. *Corrêa* “busca compreender os modos pelos quais a tecnologia é entendida na proposta de ensino médio politécnico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul”, constatando “debates mais pontuais e densos sobre tecnologia, (é) algo que não acontece na proposta do RS”. *Catini* afirma que “uma análise marxista do modo de educar capitalista deve passar pela sua articulação com as classes sociais, mas também em seus aspectos de *forma social*, pela análise de seus nexos com o modo de vida capitalista. Apenas a partir do estudo dos fundamentos do desenvolvimento da educação no capitalismo podemos compreender a relação entre aspectos universais do direito à educação e elementos que conferem particularidade a cada situação concreta”. *Machado e Leal* trazem para *Germinal* o problema da organização dos Trabalhadores Desempregados, propondo “discutir a capacidade de mobilização dos trabalhadores desempregados, trazendo para o debate alguns elementos empíricos: a interpretação que parte deles, organizados num movimento social de luta pelo trabalho, constroem de sua própria condição, bem como seus próprios projetos e propostas políticas de trabalho e renda”.

Na nossa avaliação, o que reunimos não basta. Não é suficiente para nos permitir, para além das árvores, ver o bosque; ou, numa alusão mais precisa, para além dos nossos interesses objetivos, enxergar a conjuntura histórica na qual estes objetos se movimentam em uma teia de contradições que formam a totalidade. No que toca ao desafio de avaliar a conjuntura de forma mais ampla, o número expressa a situação preocupante da não dedicação (nas suas mais variadas formas) dos intelectuais marxistas à análise de conjunto em que está inserido o nosso fazer histórico, para além dos objetos específicos com os quais nos ocupamos.

Este quadro conjuntural está profundamente associado com a complexidade do momento histórico que estamos vivendo, mas, especialmente, com a dificuldade que os intelectuais marxistas estão encontrando para conciliar as condições objetivas da manutenção da existência (seja por dentro das Universidades, dos movimentos sociais, ou do Estado), com as demandas pelo estudo, pela leitura dos acontecimentos históricos a partir do método que nos foi legado por Marx e Engels, que permite apanhar e explicar o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção cruciais para a compreensão das possibilidades e limites da luta revolucionária no século XXI.

Precisamos explicar – e temos instrumentos teóricos desenvolvidos para tal – como estão articuladas as situações específicas da China (Estado Forte com um sistema de “economia mista” que deixa desenvolver-se a iniciativa privada em seu interior), dos EUA (Império em crise de hegemonia, sempre disposto a mantê-la com a força das armas, como nos recordam Hiroshima, Nagasaki, Vietnã, Iraque; as Ditaduras, como no caso da América Latina; e o Embargo Econômico, como no caso de Cuba e Venezuela) e de Portugal, Grécia, Espanha, França e Itália (subserviência⁷ do Estado aos interesses econômicos da zona do Euro com quebra violenta dos direitos sociais e dos serviços públicos) no quadro das relações econômicas internacionais, da crise dos sistemas políticos (considerando-se, por exemplo, a crise política da Zona do Euro e o esforço de constituição do BRICS). Precisamos explicar como se

articulam as mobilizações de junho no Brasil com as paralisações, mobilizações e protestos dos trabalhadores na América Latina (Argentina, Bolívia, Venezuela, México), na Europa (França, Grécia, Espanha, Portugal, Itália) e os movimentos americanos (tais como *Occupy Wall Street*) e a articulação destes movimentos em geral com a situação econômica e política mundial. Precisamos explicar como se articulam e quais as possibilidades que se abrem para as lutas dos trabalhadores com o avanço da concentração da riqueza, as políticas neoliberais, o endividamento dos Estados, e, no caso do Brasil, dos próprios trabalhadores, a quebra das políticas sociais, o aumento das mobilizações, o fortalecimento do Estado repressor, o avanço do pensamento reacionário e a negação dos chamados “organismos da classe”. Temos que avaliar com mais cuidado o que mudou nestes 166 anos que nos separam do *Manifesto do Partido Comunista* (1848) e 147 anos que nos separam da publicação da primeira edição da obra – *O capital* (1867) – que trazia a brilhante síntese do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção próprias do capitalismo como modo de produção da vida. O que mudou após a Revolução de 1917, a queda do Muro de Berlim em 1989, a ascensão e queda do *Welfare State* na Europa, após o fim da Ditadura no Brasil, a ascensão dos partidos de esquerda em todo o mundo, e do Partido dos Trabalhadores ao poder de Estado no Brasil? Em que estes movimentos históricos concretizam condições para um processo revolucionário e a confirmação das análises políticas feitas neste período, ou, contraditória e dialeticamente, demandam a revisão da teoria e a formulação de instrumentos teóricos mais sólidos e compatíveis com o que vivemos hoje? Urge a construção de sínteses explicativas que subsidiem nossas ações nos diferentes ambientes nos quais intervimos.

Neste número, portanto, faz-se um importante balanço da situação da educação brasileira, com ênfase no ensino superior. Ficamos devendo, entretanto, um balanço rigoroso e crítico da educação básica. A tarefa de realizar uma avaliação de conjuntura que apanhe o quadro das relações internacionais e suas implicações para a educação encontra-se pendente e desafia a todos os intelectuais marxistas a ultrapassarem as especificidades, as singularidades rumo a uma leitura de conjunto que insira a educação nos movimentos mais amplos do capital posto nas relações capitalistas internacionais que – e vários artigos estão demonstrando esta questão – interferem diretamente na educação brasileira determinando os rumos das políticas.

Trazemos o texto de Lenin para refletir sobre os limites das manifestações e mobilizações em curso em todo o mundo que, se por um lado expressam a insatisfação da classe trabalhadora com as condições de existência, por outro evidenciam a inexistência de uma subjetividade radicalmente e coletivamente articulada em torno da meta planejada da superação do capitalismo e construção do comunismo. A tarefa dos intelectuais politicamente articulados nos organismos de classe é ajudar aos trabalhadores a avançarem na consciência dos seus interesses históricos. As condições objetivas estão suficientemente desenvolvidas e estão pressionando as premissas teóricas e programáticas sob as quais sustentam-se intelectuais e organismos da classe trabalhadora em todo o mundo, para que superem diferenças e trabalhem conjuntamente para a construção do processo revolucionário, ou pereçam no limbo da História. No nosso entendimento, trata-se de tomar como tarefa dos intelectuais atacar o importante problema da construção da subjetividade revolucionária que, para além da militância e profundamente articulado com ela, pede o ensino/estudo “sistemático das verdades do marxismo” tomadas em perspectiva histórica, portanto, no movimento e na mudança das conjunturas. Os intelectuais

têm a obrigação – pelas condições históricas que reúnem – de avaliar a conjuntura para produzir com a classe revolucionária a leitura do horizonte em que /em direção a que se movimenta. Mas, acima de tudo, têm a tarefa de contribuir na construção de uma correlação de forças favorável ao processo revolucionário. Contraditória e dialeticamente, as condições objetivas vão impondo alianças e acordos sem os quais não é possível avançar, mas é fundamental que a construção de uma subjetividade revolucionária enquanto classe para si encontre-se em processo. Faz parte desta subjetividade o domínio da teoria revolucionária que nos foi legada pelos que nos antecederam a fim de convertê-la em poderoso instrumento para apreender, compreender e intervir nas possibilidades abertas pelo presente para a construção do futuro. Para além dos academicismos, é no âmbito da disputa de hegemonia que *Germinal* almeja intervir.

Notas:

- ¹ Membro do Comitê Editorial e Editora Geral de *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Docente da FACED/UFBA. Pós-Doutoranda na UL. Bolsista da Capes – Processo nº BEX 1571.
- ² Secretária Geral de *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Doutoranda no PPGE/FACED/UFBA e em processo de Doutorado Sanduíche na UL. Bolsista da Capes – Processo nº BEX 12885/13-4.
- ³ Colaborador Especial na seleção e comentários ao texto de Lenin postos nestes editorial. Docente da UFES.
- ⁴ Destacamos o caso da Catalunha (Espanha) que reivindica um Estado independente do Estado Espanhol; na Espanha a abdicação do Rei Juan Carlos seguida de manifestações de reivindicação da República; a reação dos trabalhadores mexicanos ao assassinato de 6 estudantes, e prisão e desaparecimento 43 estudantes da Escola Normal Raúl Isidro Burgos da cidade de Ayotzinapa nos Governos de José Luis Abarca (Prefeito), Ángel Aguirre (Governador), Enrique Peña Nieto (Presidente) em um processo de estreita ligação entre instituições Estado (polícia municipal e federal, prefeitos dos partidos institucionais, oficiais do exército) e o narcotráfico, com investimento norte-americano de 2 milhões de dólares para financiamento das forças armadas e polícia mexicana; a alternância de governos conservadores e socialistas que vemos em movimento na Europa nos momentos mais críticos como nos casos de Portugal, Grécia, Itália; abstenção nas eleições ao Parlamento Europeu em maio de 2014, que alcançam os índices de 57,46%, os dados específico de cada país são ainda mais alarmantes; no Brasil, o pedido do Plebiscito Popular pela constituinte soberana que atingiu 7.754.436 no total, com 97% de posições favoráveis (em uma população de 200 milhões de habitantes).
- ⁵ Subscrição pela CAPES de parecer de mérito (referente ao Edital Procad 071/2013) que nega a cientificidade do marxismo é amplamente denunciado pelos pesquisadores da área de Serviço Social da UnB, UERJ e UFRN. Um Manifesto é produzido e divulgado para adesões, obtendo: 8469 assinaturas individuais, 188 Grupos de Pesquisa de 58 Instituições de Ensino Superior, 57 associações científicas, entidades, blogs e revistas e 23 Programas de Pós-graduação, de todo o Brasil. A petição reivindicando a liberdade acadêmica e apoio à pesquisa para as ciências humanas e sociais foi entregue à CAPES em 18 de junho de 2014.
- ⁶ ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. São Paulo: Moraes, s/d. p. 49.
- ⁷ De um modo ou de outro, esta subserviência e a quebra dos serviços públicos e dos direitos trabalhistas é generalizada, mas tem intensidades distintas nos países, pois estão criadas hierarquias internas na União Europeia, com evidente beneficiamento da Alemanha.